

Simpósio Temático: **Urbanidade(s)**

A urbanidade como devir do urbano

Vinicius M. Netto, PhD – Universidade Federal Fluminense

Resumo

O artigo faz uma aproximação ao *fenômeno* da urbanidade visando a apontar aspectos necessários a um *conceito* de urbanidade. O objetivo é desvelar a riqueza de dimensões implicadas em um tema que parece endereçar a própria natureza do urbano e as condições da vida urbana. O *modus* de construção do texto é o da aproximação entre duas áreas ainda estranhas entre si: o uso de conceitos da filosofia em associação a conceitos urbanos, no intuito de jogar luz em aspectos da urbanidade que seriam vistos com grande dificuldade nessas áreas separadamente. Uma série de conceitos de urbanidade vão se desdobrando enquanto seguimos sua trama, evidenciada por uma abordagem urbano-ontológica. As principais proposições são estabelecer o lugar da cidade no processo de reprodução e integração do social, e apontar "urbanidade" simultaneamente como produção, efeito e experiência do urbano. Esse esforço tem três finalidades: primeiro, estabelecer as condições experienciais, comunicativas e ontológicas da urbanidade como uma relacionalidade profunda entre práticas e espaços, uma efervescente trama de relações entre atores, atos e seus efeitos mediados pela cidade; segundo, mostrar que as tramas da urbanidade são atravessadas por um *ethos* nas formas de vida urbana abertas a comunicação livre de coerção; e finalmente, chegar a uma definição que permita nos reaproximarmos da noção de senso comum de urbanidade da qual por vezes, por cuidados teóricos, nos afastamos: a urbanidade como ethos da coexistência aberta – como civilidade do convívio, orientação a alteridade, e devir do urbano. **Palavras-chave:** urbanidade, ontologia urbana, devir.

Abstract

This paper consists of an approach to the *phenomenon* of urbanity aiming to detect dimensions for a *concept* of "urbanity". The major goal is to unveil the complexity of dimensions inherent to a subject that seems to lay at the heart of the urban and the condition of urban life. It does so proposing an approach connecting concepts from within disciplines still largely unrelated: philosophy and urban studies. Such a synthetic approach would have the potential to shed light on dimensions of urbanity and the urban, which could hardly be identified in those disciplines themselves. A series of concepts of urbanity unfold as we follow the trails of urbanity uncovered by an urban-ontological approach. It proposes an active place of the city in the processes of reproduction and integration of social systems, and the phenomenon of urbanity as the

production, effect and experience of the urban – all *at once*. The approach has three final aims: first, it defines the experiential, communicative and ontological conditions of urbanity as a deep relationality inherent to practices and spaces, a lively fabric of relations of actors, acts and their effects actively mediated by the city; second, show the fabric of urbanity cut across by an *ethos* inherent to forms of life open to an unbounded communication; and finally, reach a definition which would allow us to get reconnect with the common sense notion of urbanity – nevertheless a notion we departed from as a form of theoretical care: urbanity as the ethos of an open coexistence; as the orientation to the Other and the becoming of the Urban.

Key words: Urbanity, urban ontology, becoming.

Início: *urbe* | ontologia | *ethos*

A presente leitura desse problema central em estudos urbanos – a “urbanidade” – entende teoria não como história do seu objeto, mas teoria como história da teoria: uma teoria que se constitui como resultado de esforços teóricos passados; uma teoria que é genealogia de si, exegese de si – interessada em evidenciar os componentes de sua própria construção mais que em repetir tais componentes inconscientemente: uma construção explicitamente ancorada, suportes expostos, e expostos de dentro para fora. Essa exposição garante um segundo aspecto de historicidade: evidenciar sua posição em seu presente histórico. Este princípio hegeliano constitui o modo de construção do presente texto, uma discussão que pretende explorar dimensões espaciais e sociais, ontológicas e éticas da urbanidade. Em outras palavras, ao expor uma visão de urbanidade, espero evidenciar conexões possíveis entre um entendimento do urbano e matrizes teóricas em princípio desassociadas do urbano – ideias a respeito das condições da experiência e da vida social que chamamos “filosofia”. Um efeito possível desse modo de construção é localizar, na aproximação entre ideias da filosofia e ideias dos estudos urbanos, traços materiais da formação da vida social e da experiência não reconhecidos nessas visões isoladamente; uma aproximação sob forma de passagens entre áreas que deveriam estar, há muito, muito mais próximas do que estão.

O artigo faz uma aproximação ao *fenômeno* da urbanidade visando apontar aspectos necessários a um *conceito* de urbanidade – temas que parecem sintetizar uma ambição freqüente: a de capturar a natureza do urbano

e as condições da vida urbana. Argumenta que um conceito de urbanidade que aspire contribuir para tal entendimento deve (1) reconhecer *o papel da cidade na experiência e na produção da vida social*. Estudar o lugar da cidade na experiência e na produção do mundo social implica em (2) *reconhecer antes de tudo as forças que impelem a desintegração*, e os riscos de dissociação gerados pelo próprio processo de formação de identidades e os princípios de diferenciação social. Estas tensões parecem ganhar complexidade com o desdobramento crescente das práticas da interação em meios de outras materialidades, como as redes digitais de sociabilidade e a crescente mobilidade das tecnologias de comunicação. Em seguida, o texto propõe (3) *a materialidade da cidade como modo de solução parcial para as inúmeras forças de diferenciação que tensionam o social*. Tal proposição de um papel integrador da urbe¹ demanda, entretanto, (4) o esclarecimento dos *atributos do espaço urbano e seus efeitos sobre o mundo social*. Contudo, esses atributos e condições espaciais não são homogêneos, ou se repetem de cidade a cidade, cultura a cultura. O texto argumenta que, se urbanidade é um fenômeno produzido pela relacionalidade do social e espacial, (5) *diferenças em socialidades e espacialidades* se colocariam como fatores da geração de *diferenças de urbanidade*. Entender tais diferenças se colocaria como um problema central no entendimento de “urbanidades” (decididamente no plural). Entretanto, o reconhecimento da urbanidade de formas de vida social distintas nos levaria a inclusão de *toda e qualquer forma de vida social*, incluindo socialidades hostis, e os espaços de repressão ou violência. O artigo propõe uma alternativa para essa visão de urbanidade como mera reprodução de formas de vida social: (6) *uma urbanidade associada a um ethos, ou estados de civilidade* – um horizonte da cidade como a expressão e convergência de diferentes formas de vida: a cidade da ética do convívio como *dever* do urbano.

¹ Proposição que encontra ecos em tantas outras leituras, como Jacobs (2001) e Hillier (“a cidade aproxima aquilo que a sociedade separa”).

2. Identidade e diferença: a restrição das interações no coração do social

Uma noção introdutória de “urbanidade” se desenhou acima, relacionada a temas de “integração social” e da “experiência do Outro” – de resto, termos de epistemologias distintas, cujo uso lado-a-lado demandam cuidado teórico. A ideia hegeliana de “Outro” representa o movimento para além do aparente solipsismo da experiência subjetiva em direção as condições de coexistência de múltiplos outros, uma ontologia de relações que se desenvolve em muitas direções. Gostaria de suspender por um momento outros sistemas de reprodução social para fixar-me na urbe como meio de geração da urbanidade, ou de produção de integração em sistemas sociais, e como resposta ao desafio que sistemas sociais enfrentam para reproduzir sua própria integração. Há duas forças que gostaria de reconhecer aqui: as *tensões da diferenciação social*, e seu desdobramento em *redes de outras materialidades* da interação e geração de socialidades particulares.

A primeira dessas tensões de diferenciação e possível ruptura do social em socialidades dispersas vai além da questão de classe social. Em um sistema socioeconômico organizado, classes são funcionalmente relacionadas em estruturas da prática do trabalho (capturadas pela abordagem marxista). A solução funcional que assegura a reprodução social a partir de relações de trabalho não se traduz em comunicação efetiva entre membros de classes distintas, mas tem garantido tal reprodução, a despeito da teleologia marxista. Ainda que tensões de diferenciação sejam certamente intensificadas ao estarem inseridas em contextos de desigualdade socioeconômica, os riscos da desintegração ocorrem sobretudo em outras esferas, não-instrumentais, da prática, as quais consistem de parte substancial da vida e reprodução sociais. Fraturas nessas esferas significam socialidades distantes quanto à sua articulação experiencial e comunicativa – a ausência de permeabilidades entre diferentes socialidades e a ausência de interação efetiva entre seus membros, na qual o Outro possa ser reconhecido em sua alteridade. Tais tensões são produzidas endogenamente ao social, a iniciar na própria relação entre ser social e mundo social. Em Heidegger (1969) e Weigert (2010), encontramos

três momentos-chave do processo de diferenciação do ser social: *similaridade*, *unidade*, e *diferença*. Esses três momentos se alternariam o tempo todo na formação da identidade individual, tecido através de relações ao mundo social e material em volta – esforços que oscilam entre a *identificação com o Outro* e a *diferenciação do Outro*. A definição de minha identidade e diferença em relação ao Outro passa pelo reconhecimento do Outro em um movimento de re-apropriação:² reconhecer a mim através do reconhecimento das idiossincrasias e diferenças que constituem o Outro como Outro.

A diferenciação progressiva na formação da identidade envolve a busca de similaridades entre uns como reverso da diferenciação em relação a outros. O processo de formação de identidades é o de afirmação por diferenças. “Identidades cobrem desde aquelas singularmente ligadas ao ator àquelas compartilhadas com outros nas mesmas categorias sociais... A dinâmica sociocultural resulta em identidades continuamente em transformação, competindo, e entrando em conflitos” (Weigert, 2010:250). Há uma dinâmica social na emergência das identidades. A identidade ancora metacrítérios necessários nas práticas e opções cotidianas (Baumeister em Weigert, 2010). Produzir e projetar identidades implica em construir avaliações e categorias relativas a identidades atribuídas a outros: “identificar a si e ao outro é defini-los como desiguais”.³ Processos de individuação são, assim, ativos na produção da vida social: adquirir e conferir identidades é se tornar desigual.⁴

O social se forma incluindo tensões de diferenciação interna, como um *impulso a diferenciação*. O processo de formação de identidade baseado em identificações com o Outro, em seu turno, implica em aproximações entre agentes no que podemos reconhecer como formações de grupos de sujeitos mais similares entre si que diferentes. Temos a emergência de grupos em torno de *habitus* (sistemas de disposição a prática) e agregações (reais e potenciais)

² Faço uso da expressão de Derrida (1995b) em outro contexto.

³ “Desiguais” não no sentido de desigualdade motivada por questões de classe social ou renda, associação freqüente.

⁴ Essa desigualdade não se trata daquela provocada por diferenciações de classe social, ainda que certamente opere sobre ela e a partir dela.

de diferentes naturezas: campos sociais (Bourdieu, 1989), classes, e assim por diante. Fundamentalmente, *campos sociais implicam em aumento de interações internas à custa das interações externas*.⁵ Uma dinâmica psicossocial termina por injetar tensões de aproximação e distanciamento sob forma de variados graus da redução de interação entre grupos. Em outras palavras, *a individuação não gera segregação, mas diferenciação*,⁶ essas diferenciações tem um papel na construção de campos e redes sociais, que envolvem mais intensidade de interação interna que externa na sua reprodução. A segregação é a radicalização desse processo em certas cidades e sociedades, na forma de *restrições da interação entre os diferentes*.

Essas tensões parecem ganhar complexidade com a crescente materialização das práticas da interação social em outros meios, como o uso da internet para comunicação instantânea e as redes sociais eletrônicas como veículos de sociabilidade, e as crescentes mobilidade e convergência das tecnologias de comunicação, por meio de dispositivos como celulares, *tablets*, etc. (veja Lemos e Josgrilberg, 2009; Lemos, 2010). Esses meios certamente geram grande conectividade social e intensificam as trocas, sendo ainda vitais na nova economia da informação (Castells, 1996). Entretanto, tais potentes meios transpaciais de integração podem ser paradoxalmente mais associados a interações *internas* em campos sociais particulares. Estruturalmente, sistemas sociais precisam tanto da *randomicidade* do encontro na geração de relações sociais quanto da *recursividade* do encontro entre conhecidos e das práticas da *conservação* de laços sociais, como bases para sua própria reprodução.⁷ Redes sociais eletrônicas e artefatos de comunicação transpacial e móvel, até aqui, parecem oferecer menos espaços a aleatoriedade do encontro – sobretudo com um Outro reconhecido como Outro, como veremos

⁵ Durkheim (1984) foi um dos pioneiros na identificação dessa tendência aparentemente inerente a vida social, definindo-a como “solidariedade mecânica,” ainda que em tensão constante com tensões de organização pela diferença funcional.

⁶ Figueiredo levantou essa questão em nosso debate, a qual espero ter esclarecido neste ponto.

⁷ A relação entre a “conservação” de laços e “randomicidade” e “controle” de encontros, que ancora minha expansão funcional, material e comunicativa, é encontrada em Hillier e Hanson (1984); a noção de “recursividade” de encontros é derivada de Giddens (1984).

abaixo. Têm sido predominantemente formas mais dirigidas de reprodução social que *tenderiam a ser implicadas na interação e reprodução de laços entre membros de grupos de indivíduos mutuamente pré-identificados e selecionados*, atuando como forças de afirmação de campos sociais mais que de integração através dos campos. mesmo a realidade brasileira. Essas tecnologias tem penetrado cada vez mais na nossa realidade, e seu impacto sobre práticas urbanas mal começa a ser mapeado.⁸

A redução de interação, em certos contextos – sobretudo se não compensadas por mecanismos de coesão – pode implicar em *restrição de interações entre os socialmente diferentes*. Ora, a restrição de interações é a própria definição – a mais ampla, sofisticada, e simples – de *segregação* (Freeman, 1978). Sociedades enfrentam endogenamente riscos de reprodução e estruturação trazidos por tendências de diferenciação que são parte das formações diversas de diversos aspectos das identidades socialmente reconhecidas. Essas forças devem ser compensadas – dado que sua eliminação tampouco é possível, por impactar o processo de formação de identidade e identificação. Tal tensão deve ser resolvida através da sua contraposição por *outros processos de interação* capazes de sobrepujar as tendências de diferenciação e restrição de interações que seguem em reprodução em nossas cidades, produzindo suas próprias espacialidades.⁹ Tais processos são encontrados nos esforços conjuntos da reprodução material que transcendem processos de identificação e tomam a forma de encontros, reconhecimentos e interações *através dos campos sociais*, transversais aos distintos grupos e suas tendências parciais de agregação.¹⁰ Entretanto, tais tensões e processos de compensação e contraposição em forças distintas de agregação social não ocorrem em um éter, um espaço indiferenciado; elas não poderiam acontecer sem certas *condições materiais*.

⁸ Temos 2 bilhões de usuários da internet no mundo; 200 mil mensagens de celular são trocadas a cada segundo; e mais de 130 milhões de celulares no Brasil. Para outros dados, veja Lemos e Josgrilberg (2009).

⁹ Veja o trabalho de Figueiredo “Desurbanismo: um manual rápido para a destruição de cidades”

¹⁰ Durkheim (1984) se refere a esse fenômeno como “solidariedade orgânica”. Há, contudo, formas e componentes nesse processo que não se resumem ao funcionalismo durkheimiano. Esses são *processos comunicativos*.

3. Para além dos campos sociais: a cidade como solução parcial na integração do social

Em face de tais tendências de desagregação ativas no próprio processo de formação de identidades, o que mantém sistemas sociais integrados? Poderíamos associar o fenômeno da urbanidade a um papel da cidade na coexistência e possibilidade de convergência dessas socialidades distintas? Como o espaço pode atravessar os campos sociais assim reproduzidos, e desdobrados em outras redes de comunicação de materialidades distintas, dirigidas dentro de grupos sociais aparentemente específicos – talvez cada vez mais específicos? Qual o lugar do espaço da cidade diante da nova conectividade transpacial da prática? Esta seção endereça essas difíceis questões.

Propõe que respostas a elas sejam exatamente a condição da *urbanidade como efervescência do urbano e projeção de sistemas sociais: a materialidade da cidade como meio de solução inevitavelmente parcial, mas chave na reprodução de sistemas sociais*. Iniciarei pela (3.1) *condição fenomenológica*: o espaço e a urbe como estrutura profunda e constante da experiência, e da experiência do Outro; passando ao espaço como (3.2) *condição comunicativa* da interação e seu papel na integração do mundo social, como tecido material ativamente responsável na *conectividade da prática* e na geração da tanto da *randomicidade* de encontros com o Outro quanto da possibilidade de *recursividade* de encontros e *conservação* de relações que constituem a infraestrutura das trocas sociais e materiais; ao espaço como (3.3) *condição ontológica* da relacionalidade do mundo social e material, ou o lugar do espaço como contraponto à imaterialidade da língua falada e à acessibilidade inconstante à língua escrita, bem como à relacionalidade pervasiva mas elusiva e parcial gerada pelos novas tecnologias da comunicação transpacial e móvel das redes eletrônicas. Argumentarei sobre *o papel do espaço em cobrir áreas de integração entre campos que esses diferentes sistemas integram parcialmente*, um papel para além das

materialidades de redes de comunicação elusivas ou que evanescem no tempo.

3.1. A condição *fenomenológica*: o lugar da urbe na experiência do Outro

O primeiro sinal da urbanidade pode ser localizado na presença da urbe na passagem da experiência solipsista do que Schütz chama “mundo-a-minha-volta” para a experiência do mundo como relação entre mim e o Outro. Na discussão estruturação temporal da experiência em o “Ser e o Tempo” (1962), Heidegger nos fala de *Raum* (um lugar livre para o ocupar), *peras* (a borda), o *spatium* (o espaço entre) e o tornar presente. Uma série de termos traz a tona uma *localização* fundamental do ser: “Ser-no-mundo, o mundo é sempre aquele que compartilho com Outros. O mundo do ser-aí [*Dasein*] é um mundo-com [*Mitwelt*]. Ser-em é ser-com-outros” (Heidegger, 1962:159). “O ‘aí’ não é uma posição, um lugar em contraposição ao ‘lá’... O ‘aí’ e’, entre outras coisas, o espaço que emerge em si, mas não se fragmenta e esfacela em meio a essa emergência. Ser-aí é uma irrupção que se abre no espaço” (Heidegger, 2009:144). O humano é “um ente que conquista todas as suas determinações essenciais a partir e somente a partir das relações que respectivamente experimenta com o espaço de realização de sua existência. Esse espaço não é por sua vez um espaço qualquer, mas antes o mundo como campo de manifestação dos entes em geral... o mundo como horizonte originário de configuração das possibilidades de ser do homem” (Casanova, 2009:XVII). Por sua vez, o ser-aí “nunca está fechado... é anteriormente e essencialmente aberto”, ele se descerra ao Outro no campo de compartilhamento, no círculo de sua manifestação no mundo material (Heidegger, 2009:142). *Co-sendo*, ele adentra, coloca-se no mesmo círculo de manifestação do Outro, em um movimento para fora de si, em direção ao outro. Esse ser-em-direção-ao-outro “nunca pode se demarcado com cercas e barreiras... é algo *always already* compartilhado por cada ser-aí” (Heidegger, 2009:147). O ser-aí é estruturalmente constituído pelo *ser-um-com-o-outro*.

Schutz e Luckmann expandirão a idéia da “minha experiência do Outro no mundo que me envolve” (Schütz e Luckmann, 1973:60), relacionada a uma “congruência” interpessoal: o aprendizado de que o mundo que experienciamos em comum é socializado, o que levaria a uma “reciprocidade de perspectivas”. O viver com o Outro seria fundamental nessa construção. Essa experiência imediata do Outro consiste, na terminologia heideggeriana, o descerramento do Outro. A presença do Outro permite colher traços de sua identidade; permite o *reconhecimento do Outro em sua alteridade*. Esse reconhecimento se relaciona a *descoberta da alteridade*, o conhecimento da existência de outros diversos de mim, vital na experiência social e do senso de pertencimento a um mundo social internamente diferenciado, complexo, em relação ao qual a própria identidade deve ser relativizada. Eu experiencio o Outro em diferentes perspectivas e níveis de proximidade e anonimato quando compartilhamos, em sua corporeidade, espaços no “mundo da vida”.¹¹ O encontro imediato, iniciado com a atenção, ao Outro, inicialmente uma presença – mas uma presença que envolve a apreensão da sua identidade – desdobra-se na orientação ao Outro, na produção da orientação recíproca: “a consciência direta da existência do Outro” e da “relação entre nós” no fluxo da experiência compartilhada. Schütz, através de Weber, afirma que esse conhecimento definirá a *estrutura das relações e atos na situação social*.

A sincronização das temporalidades internas das experiências individuais opera sobre sistemas de significados compartilhados (sistemas entre os quais poderíamos incluir, com a provável aprovação de Schütz, o próprio espaço). Nesse encontro, as experiências não apenas se coordenam entre si, mas são reciprocamente determinadas e relacionadas entre si: eu experimento a mim através do outro, e vice-versa. O “espelhamento do eu na experiência do estranho” é fundamental no processo de socialização (Schütz e Luckmann, 1973:67) – e terá repercussões na estrutura da ação social no encontro. Seguindo Weber, Schütz extrapola esse lugar da experiência na estruturação progressiva de ações sociais em complexos de ações no tempo-

¹¹ A noção de *Lebenswelt* ou “mundo da vida” é uma contribuição de Husserl (1976).

espaço. O princípio da reciprocidade das perspectivas dos sujeitos tem origem na experiência do Outro “no mundo sob meu alcance” – outros cujo mundo ao alcance vem largamente coincidir com o meu. Nessas condições (materiais) do encontro, a intersubjetividade, a relacionalidade entre sujeitos ou atores é confirmada: não se trata do meu mundo privado ou do seu, mas o mundo da nossa experiência em comum.

O “conhecimento do Outro” é, entretanto, variável – e envolve uma simultaneidade de experiências pessoais, sugiro, potencialmente sincronizada pelo espaço. Uma radicalização material dessas leituras permite trazer a tona o papel do espaço na determinação de como “eu apreendo o Outro”. Schütz avança essa fenomenologia material na “estratificação” ou “arranjo espacial do mundo da vida”; “o mundo ao meu alcance” (presente, potencial, retomável, possível); a idéia de “regiões da experiência”, um fluxo espacialmente estruturado – entretanto, ainda difuso. O problema é entender a estrutura da experiência para além do tempo e em direção ao Outro: “as condições da comunicação no espaço e no tempo” (Schütz e Luckmann, 1973:307). Entretanto, tal condição implica na superação da condição individual: como Habermas sugere, a leitura fenomenológica não consegue romper com o solipsismo ainda remanescente da filosofia da consciência (a qual ainda impregna grande parte das abordagens urbanas – de Lynch a ideias de “deriva”). Precisamos da passagem em direção ao ator constituído socialmente e linguisticamente, imerso em socialidades através da comunicação. Diferentemente de Habermas, sugiro a verificação de um meio relacional cuja materialidade e temporalidade vão além das da língua, mas que com ela pode se entrelaçar. Argumentarei que os conceitos de espaço e do urbano são potencialmente úteis no esclarecimento das condições dessa passagem em direção ao Outro, e da urbanidade como experiência do Outro. Quero argumentar que há a *necessidade do espaço na identificação do Outro, nas agregações, das tensões produzidas por dentro do mundo social – e na possibilidade de superação parcial de tensões através da urbe*. Falo de uma condição urbana da experiência, do lugar da urbe na estruturação da

experiência, do ser-no-mundo, e do ser-com-o-outro, e sua passagem para as condições materiais da vida social.

3.2. A condição comunicativa: o lugar da urbe na integração do mundo social

Gostaria de fazer a passagem da experiência individual, temporalmente e espacialmente estruturada, para a possibilidade da *sociabilidade da experiência e sobretudo da associação dos atos individuais em práticas coletivas mediadas pelo espaço e pela comunicação* – e colocar a cidade como *condição material para a conectividade comunicativa da prática* (Netto, 2007; 2008a). Estabelecer teoricamente uma relação entre espaço e comunicação é longe de um problema trivial. Há imensa dificuldade epistemológica de relacionar coisas de materialidades completamente distintas: como relacionar palavra, língua, comunicação e espaço? Curiosamente, a relação entre esses fenômenos é a condição da associação da prática, e é resolvida naturalmente na nossa própria prática e cognição; assumimos como dada uma relação entre materialidades que, a luz do entendimento, parece o próprio improvável. A improbabilidade da relação entre comunicação e espaço é solucionada por uma ligação profunda, que defino como uma *referencialidade* dos significados produzidos e compartilhados entre prática, comunicação e as construções práticas de traços informacionais no espaço. Significados são construções referenciais: precisam de conexões a outros significados (de atos, contextos, mensagens, objetos) para ganharem sentido. A partir da referencialidade entre significados trocados na comunicação e aqueles no espaço, os quais suportam contextualmente a fala, temos a presença do espaço mediando como nodalidades contextuais as comunicações, e guiando práticas no espaço.

Uma tese que segue é da urbanização do espaço como suporte a praticidade da prática e a comunicabilidade da comunicação (Netto, 2008b). A condição da comunicação no nosso cotidiano é historicamente gerada pela urbe. O urbano é o suporte para uma densidade de comunicações; seus espaços são nossa imersão em trocas lingüísticas. Essa imersão em

comunicação é a própria condição da socialização, o próprio espírito da urbe. Aqui temos a convergência entre uma dimensão da urbanidade – como forma de vida afeita à comunicação – e a produção do social. Ela inicia pela produção da co-presença como elementar para a interação e práticas comunicativas. Um próximo aspecto da urbanidade se relacionaria a co-presenças e interações engendradas por espacialidades; a urbanidade como relação intensa entre atores via comunicação, entre ator e fluxos de comunicação, entre ator e palavra; finalmente, como entrelaçamento entre atores, espaços e língua na produção da troca lingüística.

Adicionando a experiência do Outro, e a experiência da Outro em sua alteridade (a *urbanidade como imersão em alteridades*), podemos referir urbanidade tanto a uma intensidade e quanto a uma diversidade comunicativa na cidade: a intensidade de trocas comunicativas sobretudo entre atores socialmente distintos. A cidade oferece as condições tanto da *recursividade* comunicativa, base funcional para a reprodução material e para a conservação de laços e continuidade de campos sociais, quanto da *randomicidade* do encontro e da geração de novas comunicações e relações sociais, base para a transformação constante do social e para a vitalidade da sua própria reprodução. Seus espaços são produzidos para a injeção de novas agências nas trocas sociais e microeconômicas que definem a cidade como cenário da vida. Há tanto uma infraestrutura comunicativa subjazendo as trocas funcionais e acompanhando as trocas monetárias, quanto às questões da variedade e repetição nas relações sociais – fenômenos agenciados comunicativamente. Veremos abaixo que exatamente essas são as condições para a relação entre diferentes identidades e campos sociais. Há, contudo, a possibilidade de reinterpretarmos essas ligações comunicativas de forma ontologicamente mais potente, se expandirmos o princípio referencial ativo na ligação entre língua, comunicação e espaço como modo de integração do mundo social em uma ontologia profunda – “as cordas invisíveis do mundo”.

3.3. A condição *ontológica*: o lugar da urbe na relacionalidade entre o material e o humano

Passemos a localizar as espacialidades urbanas na “trama do real” de modo ainda mais fundo: a da possibilidade de um lugar único do espaço urbano numa *relacionalidade intrínseca, inerente no mundo social e material* – um lugar que me parece subestimado em virtualmente todas as teorias do social ou nas ontologias filosóficas, incluindo a nova ontologia Ator-Rede de Latour (2004). Esse papel do espaço é invisibilizado pela onipresença do espaço (parafrazeando Wittgenstein sobre a língua, uma presença tão profunda que não posso tocar), pela atenção a formas mais evidentes de relacionalidade, como a língua ou os meios de integração social como o dinheiro (Parsons) e o sistema de trocas materiais capturados pela economia, a comunicação e informação (Habermas, Luhmann), ou as redes de artefatos técnicos (Latour). Entretanto, esses outros fatores de integração do mundo social não tem o mesmo papel de relacionar agências e diferenças: o dinheiro e trocas de artefatos técnicos e objetos são meios de reprodução funcional e instrumental; a língua tem funções simbólicas poderosas, mas depende ou da oralidade, volátil no tempo-espaço, ou da forma de textos impressos ou acessados eletronicamente – portanto, sem a onipresença do espaço.

Gostaria de apontar a fragilidade – no sentido de elusividade, inconstância, e alcance ou penetração no mundo social – de todos esses meios, e da necessidade de um contraponto a suas extraordinárias propriedades; um contraponto material capaz de complementar e compensar pela imaterialidade da língua falada e a acessibilidade inconstante à língua escrita relacionalidade, pela presença pervasiva mas largamente invisível e de alcances parciais gerada pelas novas tecnologias da comunicação transpacial e móvel e das redes eletrônicas. Gostaria de *clamar à materialidade do espaço e redes urbanas sua centralidade nunca reconhecida como meio de integração da realidade social e material* – uma relacionalidade que é efeito semântico e comunicativo da referencialidade do significado compartilhado por ato, palavra, meios técnicos, e espaço (Netto, 2008a). A realização desse papel e a

experiência desse desdobramento (a conversão de possibilidade para a condição de fato) é o que experienciamos como “urbanidade”.

Sendo a reprodução do social crivada de tensões ao ponto de apontarmos, como Luhmann (2002), o risco da própria improbabilidade da integração do mundo social, *a espacialidade da cidade pode consistir de um modo de solução parcial para a tensão dos processos da dissociação e restrição de interações*, naturalizada em nossos cotidianos. A urbanidade mostraria-se, assim, uma condição material para traços mínimos de estrutura e coesão social virem à tona e manterem-se em reprodução, em face de outras formas de materialização “desurbanas”, que também se reproduzem (como a segregação espacial). É exatamente aí onde podemos localizar a razão para a urbe e sua expressão em “urbanidade”: entre todas as forças dissipadoras, divergentes, ou voltadas para dentro de campos ou grupos sociais específicos, a reprodução de uma sociedade requer processos que contraponham essas tendências. Apesar das tendências de segregação, há um papel histórico fundamental da cidade na integração do social – algo que a teoria social não parece reconhecer – como o locus de práticas espaciais que cortam através de outras práticas e socialidades voltadas para seus próprios campos. Esses são movimentos simultâneos; mas sem esses movimentos de integração provocados pelo contato a alteridades, propiciados por práticas urbanas, teríamos problemas em manter sociedades minimamente integradas e reconhecendo sua diversidade interna. Como apontado acima, a cidade certamente não é o único meio de integração de sistemas sociais. Ela convive com mais e mais meios (da linguagem e trocas produtivas e monetárias às redes eletrônicas), tendo seu papel progressivamente deslocado,¹² e ainda não podemos prever qual o futuro desse convívio e suas implicações.

A proposição de um papel integrador da urbe demanda, entretanto, o esclarecimento dos atributos que tornariam seus espaços capazes de ter

¹² Proponho em outro texto (Netto, 2010) que o espaço tem cada vez mais se distanciando do seu papel original de meio material exclusivo da estruturação social para o de um entre outros meios materiais – contudo, com a *incorporação de um novo papel ontológico: o de contraponto fundamental à elusividade da linguagem e parcialidade das redes de comunicação transpaciais*. Figueiredo e Holanda levantaram questionamentos que animaram esse parágrafo.

efeitos sobre o mundo social, e efeitos potencialmente positivos sobre a integração social – ou tornar seus espaços expressões de tensões de dissociação e distanciamento, de atos desagregadores e socialidades hostis.

4. A condição espacial da urbanidade

Se urbanidade se refere ao urbano – como a experiência, encontro e reconhecimento do Outro em sua alteridade, como espécie de efervescência da interação livre de restrição, da comunicação e da conectividade da prática, ou mesmo “aconchego”¹³ – esses fatores devem incluir uma *condição espacial*: um espaço capaz de oferecer condições para a relacionalidade do social e interatividade das ações e atores emergirem, e capaz de ser suporte dos meios técnicos e redes imateriais de comunicação que o complementam na integração de sistemas sociais. Em outras palavras, não podemos descartar a condição espacial, e desespacializar *a priori* a condição de urbanidade. Como aspectos da urbanidade, a experiência do Outro e a conectividade da prática tendem a não emergir em espaços dispersos; tendem a se rareficar em espacialidades rarefeitas.

Quais seriam as características dos espaços da comunicabilidade e da alteridade? Sugiro que, assim como a urbanidade não pode ser induzida pelo espaço apenas, ela não emergiria em qualquer condição espacial. A definição de urbanidade passa pela convergência de socialidades em certas condições espaciais – mesmo que livre de relações absolutamente causais, um espaço capaz de ter papel ativo como meio entre meios da integração social. Espaços que permitam as tensões entre espaço e social que sejam suficientes para a emergência da prática e do encontro, capazes de cortar através das diferenças sociais, e gerar co-presenças dos diferentes: o tecido espacial que tensiona o corpo em navegação;¹⁴ os espaços construídos atrelados a espacialidade aberta dos canais das ruas, edificações cujo acesso permite a conexão da prática individual a complexos da prática ali atualizados, frequentemente

¹³ Como se referiu Aguiar recentemente, em debate e em seu artigo para esta coleção.

¹⁴ Veja Aguiar (2010).

coordenados com ações ocorrendo simultaneamente em outros lugares; práticas cujos resultados serão implicados em outras práticas no mesmo local ou em outros lugares e pontos subseqüentes no tempo (Netto, 2007). A conexão dos atos sociais depende, assim, de densidades de presenças dessas atividades e práticas sediadas nessas edificações e nodalidades urbanas. Essa presença do espaço construído, sob forma de edifícios e fachadas, não pode ser rarefeita ao ponto de tornar a cidade um sistema limitado de conexões e encontros com o Outro. Espaços que não propiciam essas projeções e ancoragens para a prática oferecerão dificuldades à emergência da urbanidade.

Assim, não temos urbanidades em espaços não-urbanos, como espacialidades rurais (já com intervenção humana), labirintos (imposição de máxima desorientação e dificuldade de navegabilidade, mobilidade e interatividade), quase-urbanas, ou *anti-urbanas*.¹⁵ A inclusão explícita do espaço como forma ativa e chave de integração social é proposta como modo de evitar o risco de desespacializar o problema da integração social, e esvaziar o papel da espacialidade concreta como fator ativo na geração da urbanidade. Aqui, a questão é menos de intensidade *per se* e seus sinais, como do número de pessoas nas ruas – que intensidade de sobreposição de diferentes formas de vida, identidades, pessoas, mas de uma cidade como síntese das relacionalidades que mantém atores como mundo social. Relacionalidades sociais, entretanto, constituem diferenças: diferenças em atos e espaços, em formas ou modos de socialidade e espacialidade – em *formas de vida material* que são produzidas na cidade, e possivelmente se relacionam a diferenças dentro e entre cidades.

5. Reconhecendo diferentes urbanidades

Se há diferenças de socialidade e de espacialidade das interações ou dessa relacionalidade, ou seja, se a relacionalidade que constitui as relações

¹⁵ No primeiro caso, veja a análise de Andrade sobre a espacialidade e socialidade da Rocinha, no Rio de Janeiro; no segundo, temos a Barra da Tijuca, onde não há pedestres nem trocas nem socialidades convergentes por meio de ancoragens espaciais para a *ação pública* no espaço – o que Figueiredo chama “desurbanismo”.

humano-humano, humano-espaço, e humano-espaço-humano apresenta diferenças em pelo menos um de suas tramas constitutivas (a trama das práticas ou a trama de espaços), teremos diferenças de urbanidade – ou diferentes formas de urbanidade. Gostaria de propor o entendimento dessas diferentes formas de urbanidade iniciando pela cidade como projeção de *formas de vida* distintas e coexistentes. Wittgenstein (1953) propôs o conceito como um modo de evidenciar a língua como “parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (1953:23): o que permite que a língua funcione e seja aceita como um dado da realidade é precisamente o compartilhar de uma forma de vida: as concordâncias em avaliações/julgamentos “não são concordâncias em opiniões mas em forma de vida” (1953:242). Gostaria de propor que *o espaço, como a língua, consiste de um “sistema de referência” pelo qual nos comunicamos; ele se torna uma “forma de vida” compartilhada,* relacionada a natureza de fenômenos sociais e da vida em grupo.

Entretanto, os diferentes papéis do espaço na comunicabilidade e compartilhamento das formas de vida só podem ser reconhecidos se reconhecermos seus *conteúdos* – isto é, do que consistem tais formas de vida e de interação, e qual o papel de espacialidades distintas no seu compartilhamento. *Diferenças de urbanidade, enquanto diferenças em formas de vida e suas espacialidades, só podem ser captadas se seus componentes substantivos forem penetrados.*¹⁶ Penetrar na substância dessas relações, práticas, espaços significa penetrar nas formas da prática e da interação, nos conteúdos comunicados dos gestos e falas mediados pelas tradições, nos artefatos produzidos e trocados – com a mediação de espaços igualmente carregados dessas semânticas.

Assim, envolve descerrar a semântica não apenas complementar a trama de atos e a trama de espaços urbanos, mas que constitui ativamente essas tramas entrelaçadas. Precisamos penetrar na *semântica das diferenças*

¹⁶ Tais diferenças substantivas não são contidas entre pólos como “urbanidade-formalidade” (Holanda) ou “urbanidade-desurbanidade” (Figueiredo), os quais oscilam entre tipos específicos de qualidades da urbanidade, sem penetrar nas formas de vida da urbanidade nos termos que aponto. Esse raciocínio tem fundações no *insight hermenêutico* em Habermas (1984) e Gadamer (1977).

– contidas nos atos e espaços e na sua relacionalidade. Diferenças substantivas e idiossincrasias não podem ser capturadas apenas em termos de intensidade (no sentido de “grau de presença”). Essas diferenças precisam ser capturadas como diferenças em *formas* (no sentido de “modo de existência”) – tanto em espacialidades (físicas/sintáticas, semânticas/práticas) quanto nas práticas da interação (diferentes conteúdos comunicativos e *backgrounds* interpretativos, *habitus* e gestos significativos, penetráveis interpretativamente em seus conteúdos simbólico-práticos). Naturalmente, não podemos separar forma e intensidade; estes constituem ao mesmo tempo qualquer ocorrência ou fenômeno.¹⁷ Diferenças informacionais nos atos¹⁸ (que constituem diferenças de forma de vida urbana e de urbanidade) e nas materialidades resultam em diferenças na ontologia relacional da qual a cidade consiste. Assim, não são um problema apenas de *intensidade*, mas de formas de interação e formas de espaço, só podem ser capturadas nas diferenças de significados dessas qualidades. Mesmo tipificações se tornam empobrecedoras. A urbanidade não pode ser capturada suficientemente em sua riqueza pelo problema da intensidade; ela não pode ser capturada quantitativamente.

Assim colocado, parece que cada cidade e cada bairro teriam sua urbanidade; tal urbanidade poderia até mesmo mudar no tempo, o tempo todo. Chegamos a uma visão de urbanidade como fluxos de socialidades interagindo entre si e com lugares, mediadas por esses espaços – socialidades se reproduzindo em diferentes urbanidades em uma mesma cidade, garantindo as idiossincrasias que diferenciam cada cidade. Uma urbanidade como projeção de formas de vida menos ou mais integradas ou segregadas. Essa visão parece, a primeira vista, parcialmente satisfatória. Entretanto, ela iguala urbanidade à reprodução de socialidades e à reprodução do urbano, mesmo das formas de vida com potencial destrutivo na urbe – como formas de intolerância, rejeição das alteridades, coerção e agressão ao Outro. Tudo que se acontece na urbe se tornaria “urbanidade.” E uma definição de urbanidade

¹⁷ Esclareço essa questão considerando meu debate com Figueiredo.

¹⁸ Estendo a diversidade de urbanidades como decorrência de mudanças também em atos e socialidades, algo que vejo pouco explorado no debate sobre urbanidade.

que inclua tais socialidades hostis se chocaria tanto com a definição de senso comum quanto com o potencial emancipatório do conceito. É necessário resgatar a visão de urbanidade do problema da mera reprodução do urbano, com o descerrar de uma nova condição para sua emergência.

6. Para além da mera reprodução do urbano: a urbanidade como *ethos* e *devir*

O conceito de urbanidade não se sobrepõe – e *não deve* se sobrepor – ao conceito de urbano ou de reprodução do urbano, incluindo aí formas de radicalização de processos de distanciamento entre agências ou práticas de degradação do humano. Sugiro que o modo de retirar o conceito de urbanidade de uma equivalência substantiva ao problema da reprodução urbana seja a passagem de uma observação *objetiva* das suas dimensões experiencial, comunicativa e ontológica, e dos *efeitos* das associações sociais inerentes nessas dimensões (agregação e desagregação, interação e segregação, reconhecimento e rejeição) à uma observação ancorada explicitamente em *juízo* no sentido de avaliar o grau de apropriação desses efeitos. Em outras palavras, é preciso associar tais dimensões e suas tramas relacionais ao *componente de uma ética de coexistência*: a passagem entre urbanidade como reprodução de formas de vidas urbanas distintas a uma urbanidade como *ethos* de relações entre atores urbanos. Essa associação entre observação objetiva e observação crítica, bem como a própria definição de ética passa, assim, a ser os problemas a resolver.

Primeiramente, o conceito de *ethos* reúne qualidades de comportamentos coletivos inerentes a um sistema de orientações ao social que caracterizam um grupo, comunidade, ou população. Gostaria de associar esse sistema de disposições coletivas, baseadas no senso de uma *responsabilidade como orientação ao Outro*, a uma idéia de “comunicação livre de coerção” (Habermas, 1984) como fator de urbanidade: a interação entre diferentes posições, a comunicação entre diferentes livre de violência. Interações coercitivas ou eticamente degradantes comprometeriam a urbanidade. Não a

retiram, não a esvaziam, mas ofuscam seu real significado. Tal conceito tem, assim, um claro objetivo emancipatório: *o espaço urbano como projeção das possibilidades de orientação a alteridade e comunicação irrestrita*. Gostaria de relacionar tal noção a um segundo conceito de Habermas (1989) – o de “esfera pública” – e avançar a idéia do espaço urbano como materialização da esfera pública.¹⁹ Cidades são largamente constituídas de espaços de apropriação que consistem e representam, em princípio, o oposto do controle social; a cidade é estruturada em torno do espaço público e da presença pública.

Um terceiro passo torna mais explícito a dimensão de responsabilidade e orientação ao Outro: o conceito de “bem-vir” sobretudo àquele diferente de mim – o bem-vir das alteridades mais que “tolerar” alteridades, de Derrida.²⁰ Essa proposição envolve a naturalização da coexistência e reconhecimento, orientação mútua e interação entre os diferentes.²¹ Finalmente, a noção de bem-vir das alteridades pode ser relacionada a outro conceito de Derrida, de natureza explicitamente temporal: *l’avenir*, a chegada do Outro cuja vinda e presença não espero ou posso prever. Tal conceito permite uma conexão espacial: a condição material para uma coexistência esperada mas aberta se refere a possibilidade do encontro e reconhecimento, convívio e comunicação que constituem as tramas da urbanidade.

A associação do conceito de urbanidade com o de ethos da coexistência livre de coerção e aberta ao Outro que virá traz o componente de “expectativa” do convívio em condições eticamente aceitáveis, uma condição desejável de urbanidade. Em outras palavras, *a urbanidade passa a incluir as qualidades éticas esperadas na vida urbana: o potencial pleno de relacionalidade social e a pulsação interna dessa relacionalidade como comunicação e bem-vir – a urbanidade como emancipação das realidades de intolerância, violência, coerção*. Essa é uma leitura declaradamente teleológica.

¹⁹ Como Andrade (2006), aproximo-me aqui também de Sennet e Jacobs; veja seu artigo nesta coleção.

²⁰ Derrida (2005) em entrevista no livro e documentário de K. Dick e A. Kofman.

²¹ Figueiredo questiona se seria a urbanidade um atributo exclusivo de sociedades mais homogêneas. Explorando a dimensão ética da urbanidade, que vejo necessária e ignorada em outras abordagens – ela se torna um *desafio em sociedades altamente desiguais e atravessadas por violência*. Talvez em um horizonte indefinido, “urbanidade” e “justiça social” se impliquem mutuamente.

Dado que nossas socialidades e cidades não estão livres da violência entre atores, essa condição apresenta-se para além de nosso presente – como futuro desejado, desejável. Um futuro do urbano e de suas qualidades ontológicas e éticas, que se coloca como horizonte às práticas urbanas,²² dado que, em qualquer presente histórico, as ruídos de comunicação gerados pelas tensões da identificação e diferenciação social não podem ser apagadas. Coloca-se assim como *realização* da densidade de potenciais gerada pela urbe como modo da urbanidade plena. Uma sociedade que busca sua própria emancipação deve envolver projetos – a plena urbanidade entre eles.

Este é o próprio conceito de “devir” em filosofia. O devir não é só um desejo produzido por um senso ético, por uma ética da coexistência que se coloca como horizonte do social. Ele tampouco é um horizonte estranho. Esse devir apresenta-se já no presente da cidade, no agora; ele é uma “virtualidade”, um estado cercando o presente ou o “atual” (Deleuze) do urbano; ele é uma latência, um potencial (Luhmann): uma latência cercando atos de urbanidade, aguardando realização. Traços dessa urbanidade plena nos cercam, bem como traços dos ruídos das dissociações do social e das degradações do humano – construções de presentes passados. Como sugere Krafta,²³ *atos de urbanidade* (atos de produção de relações entre humanos, artefatos, redes comunicativas e lugares) são amalgamados, impressos no espaço. São projeções materiais de urbanidades passadas. Gostaria de sugerir que esses traços históricos de urbanidade são materializados tanto como dados físicos sob forma da diversidade de espacialidades urbanas quanto na força do que gostaria de chamar *impulso à associação e à relacionalidade – o impulso a comunicação* que nos caracteriza como sociedade e tem garantido historicamente nossa continuidade, à despeito de toda sorte de forças internas de diferenciação e dissociação. Tais traços seguem “pulsando urbanidade;” espacialidades do

²² Holanda apontou relações entre minha proposição e uma utopia urbana. Não pretendo equalizar urbanidade, devir e utopia. Urbanidade agrega naturalmente *valores de coexistência*, e proponho que esses valores sejam os grandes valores da urbanidade. Se destacarmos intencionalmente o fator ético como qualidade desejável – o da coexistência aberta entre alteridades, livre de coerção – temos uma urbanidade constituída por essa condição ética. Não gostaria de condenar essa “urbanidade a plenos pulmões” a um horizonte utópico, mas mostrá-la como um horizonte da prática.

²³ Krafta propõe a adição do componente *temporal-histórico* explicitamente ao problema da urbanidade.

passado seguem oferecendo condições materiais para a relacionalidade da qual consiste a urbanidade no presente e no futuro.²⁴

Final: *urbe* | *ethos* | *devir*

É uma questão do futuro, [...] a questão de uma resposta, de uma promessa, e de uma responsabilidade com o amanhã. (Derrida, 1995a)

A urbanidade como acúmulo ou projeções de urbanidades passadas significa que *o presente projeta urbanidades ao futuro* – da experiência espacialmente estruturada do Outro à possibilidade da comunicação irrestrita, e um senso de integração do mundo social. Significa ainda que nossas cidades projetam traços de sua urbanidade atual na cidade futura. Essa observação reforça a necessidade da dimensão ética no conceito de urbanidade. Ela implica em *responsabilidade pelos atos de urbanização*, a projeção das nossas ações na cidade, sob forma da cidade – sua própria espacialidade – para que o urbano impacte ações futuras como urbanidade ética, social, ontológica. Significa que o futuro urbano é um projeto de cada presente.

O urbano oferece as condições empíricas da realização de processos da vida e da experiência. Argumentei acima que descrições da urbanidade se beneficiariam de leituras derivadas de descrições dessas condições. Interpretar o urbano filosoficamente significa descerrar o papel do urbano na condição da própria experiência e da emergência de mundos sociais. Essa constatação suporta um entendimento da ontologia como horizonte da teoria urbana: a reconstrução de uma leitura de urbanidade através da história de ideias que em princípio não se referiam à cidade – através da espacialização de conceitos-chave da filosofia contemporânea no sentido de tocar aspectos da urbanidade vistos com grande dificuldade com as ferramentas dos estudos urbanos. Em direção a filosofia, ficamos mais próximos de uma compreensão potencialmente ampla da urbanidade. Ainda, uma teoria capaz de avançar na

²⁴ Veja Hillier e Netto (2002).

elucidação da urbanidade oferece possibilidades de avanço na descrição das relações entre sociedade e espaço, no entendimento do lugar do espaço na relacionalidade que mantém o mundo social integrado, apesar das constantes tensões de desintegração e integração parcial latentes no próprio social.

Referências

- AGUIAR, D. *Alma Espacial: O Corpo e o Movimento na Arquitetura*. Porto Alegre, EdUFRGS, 2010.
- ANDRADE, L. Qual futuro esperar para as favelas? Um debate sobre a qualidade dos espaços físicos de assentamentos populares à luz de conceitos de espaço público. In MACHADO, D.P. *Sobre Urbanismo*. Rio de Janeiro, Viana & Mosley Ed/Proureb, 2006.
- BOURDIEU, P. Social space and symbolic power. *Sociological Theory*, v. 7, No. 1. Spring, pp. 14-25, 1989.
- CASANOVA, M. Apresentação à tradução brasileira. In HEIDEGGER, M. *Introdução a Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- CASTELLS M *The Information Age: Economy, Society and Culture Vol.1 The Rise of the Network Society*. London, Blackwell, 1996.
- DERRIDA, J. *Archive Fever: a Freudian Impression*. Chicago, The John Hopkins University Press. 1995a.
- DERRIDA, J. *Points: Interviews 1974-1994*. Stanford, University Press, 1995b.
- DERRIDA, J. Entrevista em DICK, K.; KOFMAN, A. *Screenplay and essays on the film Derrida*. New York, Routledge, 2005.
- DELEUZE, G. *Bergsonism*. New York, Zone Books, 1991.
- DURKHEIM, E. *The Division of Labour in Society*, London, Macmillan Press, 1984.
- FREEMAN, L. Segregation in social networks. *Sociological Methods & Research*, Vol. 6 Number 4, pp.411–429, 1978.
- GADAMER H-G. *Philosophical Hermeneutics*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- GIDDENS, A. *The Constitution of Society*. Cambridge, Polity Press, 1984.
- HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action Vol.1*. Cambridge, Polity Press, 1984.
- HABERMAS, J. *The structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge, Polity Press, 1989.
- HEIDEGGER, M. *Being and Time*. New York, Harper & Row, 1962.
- HEIDEGGER, M. *Identity and Difference*. New York, Harper & Row, 1969.
- HEIDEGGER, M. *Introdução a Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- HILLIER, B.; HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge, University Press, 1984.
- HILLIER, B.; NETTO, V. Society seen through the prism of space: outline of a theory of society and space. *Urban Design International*, v. 7, p. 181–203, 2002.
- HUSSERL, E. *Logical Investigations*. London, Routledge, 1976.

- JACOBS, J. Vida e Morte da Grande Cidade. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- LATOURE, B. Reassembling the Social. Oxford, University Press, 2004.
- LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo, Centauro, 2008.
- LEMOS, A.; JOSGRILBERG, F. Comunicação e Mobilidade: Aspectos Socioculturais das Tecnologias Móveis de Comunicação no Brasil. Salvador, EdUFBA, 2009.
- LEMOS, A. Post-mass media functions, locative media, and informational territories: new ways of thinking about territory, place, and mobility in contemporary society. *Space and Culture* 13:403, 2010.
- LUHMANN, N. Theories of Distinction: Redescribing the Descriptions of Modernity. Stanford, University Press, Stanford, 2002.
- NETTO, V. Practice, Communication and Space: A Reflection on the Materiality of Social Structures. PhD Thesis, UCL, 2007. Disponível em <http://eprints.ucl.ac.uk/5060/>
- NETTO, V. Practice, space and the duality of meaning. *Environment and Planning D: Society and Space* 26, 359-379, 2008a. <http://www.envplan.com/abstract.cgi?id=d0406>
- NETTO, V. Caminhos em arquitetura e sociedade. Bloco (4), Novo Hamburgo, Ed. Feevale, 2008b. Disponível em www.urbanismo.arq.br
- NETTO, V. Comunicação e espaço: a materialidade das associações. In *Anais do ABCiber*, UFRJ, 2010. Disponível em <http://www.abciber2010.pontaodaeco.org/trabalhos>
- PARSONS, T. The System of Modern Societies. Englewood Cliffs, New Jersey, 1971
- SCHÜTZ, A.; LUCKMANN, P. The structures of the Life-world Vol.1. Evanston, Northwestern University Press, 1973.
- WEIGERT, A. Metatheoretical theses on identity, inequality, time, and hope: toward a pragmatic cosmopolitanism. *Journal for the Theory of Social Behaviour* 40:3, 2010.
- WITTGENSTEIN, L. Philosophical Investigations, London, Blackwell, 1953.